

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAS-
TELO DE PAIVA, REALIZADA NO
DIA 11 DE AGOSTO DE 2016.**

No dia onze de Agosto de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Castelo de Paiva, no edifício dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, Presidente da Câmara, com as presenças e dos Vereadores José Manuel Moreira de Carvalho, Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira, Manuel Joaquim Correia de Almeida Junot da Silva.

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Vasco André Moreira Pimenta.

Eram dez horas e cinquenta minutos, quando o Senhor Presidente da Câmara, declarou aberta a reunião.

Faltou por motivo justificado o Vice-Presidente, António dos Santos Rodrigues, e os Vereadores Norberto dos Santos Rodrigues Moreira e Luís Filipe Cardoso Valente.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Sr. Presidente da Câmara deu início à reunião do executivo municipal, justificando a falta do Sr. Vice-Presidente da Câmara por se encontrar de férias.

Deu nota da situação difícil que se viveu na última noite nos lugares do Gilde e Gildinho com um fogo florestal. Disse que o combate ao incêndio só foi feito com os “Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva”, que contou com poucos apoios, sendo que estarão disponíveis meios aéreos durante o dia de hoje.

Endereçou uma palavra de reconhecimento aos “Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva”, e à população que apoiou no combate ao incêndio. Felicitou o “Grupo de Jovens Esperança” pela organização de mais uma edição do festival “Croka’s Rock”.

Felicitou o “Grupo Desportivo e Cultural de Castelo de Paiva” pela organização conjunta com a “Associação Cultural e Desportiva C. J.

Clark's", de uma prova de atletismo comemorativa dos 30 anos dos "Jogos Desportivos e Culturais de Castelo de Paiva".

Deu nota da vinda de três médicos para Castelo de Paiva, bem como, no novo horário de funcionamento do Posto de Saúde de Oliveira do Arda: 8h às 18h.

Deu também nota da vinda ao concelho da Dr.^a Raquel Maria da "APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A.", para visitar a obra em curso do Cais de Midões.

De seguida, deu a palavra aos Senhores Vereadores que quisessem intervir.

A Vereadora Vanessa Pereira usou da palavra para se associar aos parabéns endereçados ao "Grupo Desportivo e Cultural de Castelo de Paiva".

Endereçou uma palavra de apreço aos "Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva", e a todos os Paivenses que de forma solidária estão a ajudar na luta contra o incêndio anteriormente referido.

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara que meios vão ser accionados para fazer face aos prejuízos que se verificaram no Gilde e Gildinho?

Solicitou o ponto da situação dos edifícios públicos que contêm amianto, bem como, da programação da rede escolar para o ano lectivo 2016/17.

Deu nota do mau estado da estrada do Pejão/Guirela e Guirela/Folgosó.

Referiu que é necessário fazer uma limpeza do espaço envolvente à escola de Pejão.

Justificou a falta do Vereador Norberto Moreira por motivos profissionais, e do Vereador Filipe Valente por motivos pessoais.

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para dizer que terá que se analisar os prejuízos que se verificaram nos lugares do Gilde e Gildinho, e ver que apoios estarão disponíveis.

Sobre a questão do amianto, respondeu que foram efectuadas candidaturas para o Pavilhão Municipal dos Desportos, e que vão resolver outras situações existentes.

Referiu que vai contactar com a “União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso” para se proceder à limpeza do espaço envolvente à escola de Pejão.

Quanto à rede escolar para o ano lectivo de 2016/17, respondeu que para já preferia não dar notas sobre o desenvolvimento deste assunto, porque as negociações com o Ministério da Educação ainda estão a decorrer, mas que esperava que durante o dia de hoje já tivesse uma resposta definitiva sobre o assunto. Disse que havia uma forte probabilidade de ainda este ano ser criado um pólo escolar na escola EB2/3 para todas as escolas do 1º. Ciclo e Jardins- de-Infância da Vila de Sobrado.

Concluiu, referindo que vai ver com os serviços municipais a situação da estrada do Pejão/Guirela e Guirela/Folgosos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento das disponibilidades de tesouraria no dia 10 de Agosto de 2016, cujo saldo totaliza a quantia de 910.201,82 euros.

2. - OBRAS MUNICIPAIS.

Retirado.

3- OBRAS PARTICULARES.

Retirado.

4- LOTEAMENTOS URBANOS E OBRAS DE URBANIZAÇÃO.

Retirado.

5. - SUBSÍDIOS E APOIOS A DIVERSAS ENTIDADES.

5.1 – ACADEMIA DE MÚSICA DE CASTELO DE PAIVA.

A Academia de Música vai realizar uma “Gala de Ópera”, em colaboração com o Circulo Portuense de Ópera, no anfiteatro ao ar livre da Academia, permitindo, assim, livre acesso a todo o público.

Como ajuda aos encargos inerentes à realização do evento, foi proposto a atribuição de subsídio, no valor de 1000 euros.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir o subsídio de mil euros.

5.2 – JUNTA DE FREGUESIA DE SOBRADO E BAIRROS.

A Junta de Freguesia vai promover a realização da tradicional feira de gado bovino, no dia 13 de Agosto, no lugar de S. Lourenço.

Como ajuda aos encargos inerentes à realização do evento, foi proposto a atribuição de subsídio, no valor de 1250 euros.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir o subsídio de mil duzentos e cinquenta euros.

6. – FINANÇAS LOCAIS.

6.1 – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Relativamente ao relatório de execução orçamental, foi informado o seguinte: “Nos termos do n.º 4 do artigo 64.º do Decreto – Lei n.º 18/2016 de 13 de Abril (execução do Orçamento de Estado para 2016, aprovado pela Lei n.º 7-A/2016), remete-se o relatório da execução orçamental a 30.06.2016. Esta análise tem por base o princípio da continuidade da execução orçamental estando por isso reflectido no relatório todas as despesas /receitas de 01.01.2016 a 30.06.2016, ou seja, os valores acumulados do 1.º e 2.º trimestre do ano 2016.

Conforme o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete ao Órgão Executivo do Município submeter, para apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, os documentos de Prestação de Contas, pelo que deverá o presente relatório ser submetido ao referido órgão deliberativo.

O auditor externo é o responsável pela certificação legal de contas do Município pertencendo a sociedade de revisores Ângelo & Carlos Ribeiro, SROC, nomeado pela Assembleia Municipal nos termos do artigo 77.º da Lei supra citada.

A Coordenadora da Divisão Financeira, Dr.ª Teresa Espincho, fez uma breve apresentação do relatório em causa.

A Vereadora Vanessa Pereira usou da palavra para dizer que os serviços fizeram um relatório semestral, mas que o ROC – Revisor Oficial de Contas centrou o seu parecer no 2.º Trimestre. Disse que algumas variações são similares ao mesmo período de 2015, mas que há rubricas

cujos custos estão a crescer, nomeadamente, “Publicidade”, “Estudos, pareceres, projectos e consultadoria”, e “Custos com perdas de água”, referindo que há que ter este facto em atenção.

A Dr.^a Teresa Espincho esclareceu que o ROC – Revisor Oficial de Contas só poderia fazer a análise relativa ao 2.º Trimestre, porque é o exigido pela Lei de Execução do Orçamento de Estado. Disse que na rubrica de “Custos com perdas de água”, entra mais despesa além da referida.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer dentro de “Custos com perdas de água”, estes apenas tinham um peso de 13,64%, e que o aumento mais representativo tinha a ver com o pagamento de electricidade, nomeadamente, com a liquidação dos montantes do ano anterior e princípio deste ano.

Quanto à rubrica de “Estudos, pareceres, projectos e consultadoria”, esclareceu que o executivo em permanência estava a lançar muitos projectos em várias áreas, e que, como é do conhecimento dos Senhores Vereadores, eram caros.

A Vereadora Vanessa Pereira interveio novamente para dizer que se deve continuar a trabalhar para minorar os custos com as perdas de água, e que o relatório deveria vir assinado por quem o elaborou.

O Vereador José Manuel Carvalho usou da palavra para dizer que a elaboração do relatório correspondia ao cumprimento de uma nova obrigação legal, e que o mesmo evidencia o facto de a execução orçamental estar condicionada com o pagamento de empréstimos, apesar da já verificada redução significativa de despesa com pagamento de juros em cerca de 100.000,00. Disse que a Câmara Municipal recebeu menos 1,2% de receita, mas reduziu a despesa em 5%, nomeadamente, ao nível da despesa corrente.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprovar o relatório de execução orçamental e remetê-lo à Assembleia Municipal.

6.2 – CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO, PARA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PROJ. 2002/I/02).

Pretende o Município de Castelo de Paiva executar ao abrigo do deliberado em reunião de executivo e aprovado em Sessão da Assembleia Municipal de 27.11.2015, os investimentos definidos nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016.

Estes investimentos foram definidos no Projecto “Arranjo de Estradas, Caminhos e Arruamentos e Outros Trabalhos Imprevistos” com a classificação 0103/07010408 – 2002/I/102, sendo que a relação dos investimentos a executar foram estabelecidos nos anexos ao PPI, elencados por Freguesia e conforme as indicações das mesmas relativamente a sua prioridade de execução aquando da elaboração do Orçamento Municipal para 2016.

Para tal, o Município necessita de financiamento para o lançamento e execução dos referidos investimentos.

Este financiamento cumpre os preceitos fixados para a capacidade de endividamento do Município de acordo com o seu plano de saneamento financeiro, (a dívida após este investimento continuará inferior ao previsto) e ainda de acordo com o que é demonstrado pela ficha do Município publicada pela Direcção Geral das Autarquias Locais a 30.06.2016.

Assim propõem-se a V. Ex^a que seja autorizada abertura de um procedimento de consulta a diversas entidades bancárias no intuito de se avaliar as melhores condições para a celebração de um contrato de empréstimo de médio e longo prazo, tendo por base os termos e condições a seguir indicados:

1. Montante máximo a contratar: Até ao montante de 260.135,18Euros;
2. Finalidade: Investimento, conforme mapa em anexo;
3. Prazo legalmente imposto: 10 anos;
4. Sede de conta do empréstimo: Castelo de Paiva (preferencialmente);

5. Período de utilização : A utilização do valor contratado será efetuada de forma diferida em função da apresentação dos autos relativos ao investimentos executados devidamente confirmados, no prazo máximo de 2 anos;
6. Período de Carência: 1 ano
7. Reembolso: Em prestações trimestrais, vencendo-se a primeira 3 meses após o final do período de utilização;
8. Pagamento de juros: trimestrais postecipados;
9. Garantias: As legais de acordo com o tipo de operação;
10. Comissões: Isento de comissões
11. Clausula particular: O mutuário poderá reembolsar antecipadamente o empréstimo, parcial ou integralmente, sem que daí advinha qualquer penalização ou comissão;
12. Proposta a apresentar deverá incluir os seguintes elementos:
 - Montante
 - Taxa de juro
 - Plano de amortização para o período de contrato
 - Estimativa anuais de juros

A Vereadora Vanessa Pereira usou da palavra para perguntar se as obras já foram previstas no ano de 2016, porque é que só agora se estavam a pedir empréstimos?

Perguntou também porque é que se pede um período de carência de 1 ano, algo que o PSD já criticou aquando do PSFA – Plano de Saneamento Financeiro Ajustado, começando a pagar em 2017, depois das eleições?

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que não tinha a ver com eleições, mas sim com a gestão da Câmara Municipal. Disse que neste momento o Município tem capacidade de endividamento, e que havia dois dados fundamentais para explicar este assunto: o primeiro, tinha a ver com um empréstimo do PREDE – Plano de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, no montante de 3.500.000,00 (cinco anos de carência), cuja amortização no valor cerca de 700.000,00/ano se ini-

ciou em 2014, e se prolonga até 2019; o segundo, tinha a ver com a renegociação imediata do PSFA – Plano de Saneamento Financeiro Ajustado, no sentido de se obter uma diminuição da taxa de juro.

A Vereadora Vanessa Pereira insistiu na questão de saber porque é que só agora se verificava esta necessidade de pedir dinheiro para fazer obras?

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que era um acto de boa gestão, e também pelo facto de a Câmara Municipal não poder esperar mais pelas verbas do “overbooking” que estão atrasadas, e que obrigam a accionar este plano B num contexto de condições mais favoráveis relativamente às taxas de juro.

A Vereadora Vanessa Pereira interveio novamente para solicitar que os Vereadores do PSD fossem sendo informados da evolução da renegociação do PSFA – Plano de Saneamento Financeiro Ajustado.

De seguida proferiu, em nome dos Vereadores do PSD, a seguinte declaração de voto relativa aos pontos 6.2. e 6.3.:

- “O voto contra prende-se, naturalmente, com as condições em que estão a fazer-se as consultas.

Nós teríamos outra opção em relação às condições.

Nada temos contra os investimentos, até porque já estavam previstos no orçamento, e pensávamos nós que já tinham uma dotação orçamental prevista, não sendo preciso recorrer a um empréstimo, e por estas situações prende-se o nosso voto contra, especialmente com os anos de carência”.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, dos Vereadores José de Carvalho e Manuel Junot, e o voto contra da Vereadora Vanessa Pereira, autorizar a abertura de procedimento de consulta a diversas entidades bancárias, para avaliar as melhores condições para a celebração de contrato de empréstimo de médio e longo prazo, nos termos propostos.

6.3 – CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO, PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS.

Pretende o Município de Castelo de Paiva no corrente ano aproveitar as oportunidades de investimento comparticipadas pelos fundos comunitários como por exemplo o “Portugal 2020”, em particular a anunciada majoração do incentivo reembolsável de 10% para os investimentos realizados no decorrer deste ano e 7,5% para o 1.º semestre 2017.

Para tal, o Município necessita de financiamento para os investimentos que encontram em execução e que estão a ser financiados com recursos próprios da Câmara.

Este financiamento cumpre os preceitos fixados para a capacidade de endividamento do Município de acordo com o seu plano de saneamento financeiro, (a dívida após este investimento continuará inferior ao previsto) e ainda de acordo com o que é demonstrado pela ficha do Município publicada pela Direção Geral das Autarquias Locais a 30.06.2016.

Assim propõem-se a V. Exª que seja autorizada abertura de um procedimento de consulta a diversas entidades bancárias no intuito de se avaliar as melhores condições para a celebração de um contrato de empréstimo de médio e longo prazo, tendo por base os termos e condições a seguir indicados:

1. **Montante máximo a contratar:** Até ao montante de **228.247,39Euros**;
2. **Finalidade:** Investimento, conforme mapa em anexo;
3. **Prazo legalmente imposto:** 10 anos;
4. **Sede de conta do empréstimo:** Castelo de Paiva (preferencialmente);
5. **Período de utilização :** A utilização do valor contratado será efetuada de forma diferida em função da apresentação dos autos relativos ao investimentos executados devidamente confirmados, no prazo máximo de 2 anos;
6. **Período de Carência:** 1 ano

7. **Reembolso:** Em prestações trimestrais, vencendo-se a primeira 3 meses após o final do período de utilização;
8. **Pagamento de juros:** trimestrais postecipados;
9. **Garantias:** As legais de acordo com o tipo de operação;
10. **Comissões:** Isento de comissões
11. **Clausula particular:** O mutuário poderá reembolsar antecipadamente o empréstimo, parcial ou integralmente, sem que daí advenha qualquer penalização ou comissão;
12. **Proposta a apresentar deverá incluir os seguintes elementos:**
 - Montante
 - Taxa de juro
 - Plano de amortização para o período de contrato
 - Estimativa anuais de juros

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, dos Vereadores José de Carvalho e Manuel Junot, e o voto contra da Vereadora Vanessa Pereira, autorizar a abertura de procedimento de consulta a diversas entidades bancárias, para avaliar as melhores condições para a celebração de contrato de empréstimo de médio e longo prazo, nos termos propostos.

7. – REGULAMENTOS.

7.1 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL.

Em virtude de, nos sucessivos concursos de atribuição por hasta pública das lojas e bancas do mercado municipal, não aparecer interessados na loja nº. 4, destinada à venda de peixe e marisco fresco e congelado, foi proposta a alteração dos produtos a comercializar, previstos do regulamento aplicável, mais propriamente, no nº.1, do artigo 7º., que passará a permitir a comercialização de “Venda de Produtos Indiscriminados”.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, autorizar a alteração proposta, passando a loja nº. 4, a

permitir a comercialização de “Venda de Produtos Indiscriminados”, bem como submeter a alteração à apreciação pública.

8. – EXPROPRIAÇÕES.

8.1 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA URGENTE DE 21 PARCELAS DE TERRENO EM COUPAL, PEDORIDO. RECTIFICAÇÃO.

Retirado.

9- DESPACHOS PROFERIDOS NO USO DA COMPETÊNCIA DELEGADA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos proferidos no uso da competência delegada: Condicionamento do trânsito automóvel junto ao Cruzeiro em Sardoura, nos dias 13, 14 e 15 de Agosto; Condicionamento do trânsito automóvel, em Oliveira do Arda – Raiva, no dia 6 de Agosto; Condicionamento do trânsito automóvel, na Vila de Sobrado, no dia 31 de Julho; Certidão: R.402, R.417; Alvará: R.365, R.403; Autorização de utilização: R.395, R.791; Comunicação prévia: R.289.

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Não houve intervenientes.

Por último, deliberou a Câmara Municipal aprovar a acta da presente reunião em minuta, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 57º. da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, e que vai ser lançada no respectivo livro de actas.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, pelas doze horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada.

E eu,

, a redigi e subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,

RO. 11 Agosto 2016